PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL

IV Reunião do Comitê de Gestão da Estratégia 2016

Data	22/11/2016 – terça-feira
Início	11h30min
Fim	13h25min

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria–Geral
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Chefe de Gabinete da Presidência
Cláudia Foffano de Souza	Assessoria da Corregedoria e Vice-Presidência
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Alan Amand Torres	Secretaria de Gestão de Pessoas (rep.)
José Álvaro Manhães Wagner	Secretaria de Administração (rep.)
Fabiano Freitas Barbosa	Secretaria de Tecnologia da Informação (rep.)
Paula Bass Lessa	Secretaria Judiciária
Luciana Souza Batista	Assessoria de Comunicação Social
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

ORIGINAL ASSINADO

Convidados	
Nome	**Unidade**
Diego Ferreira Guedes	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Renato de Carvalho Martins	Coordenadoria de Registros Processuais, Partidários e Processamento
Sonia Maria Moreira Goldzweig	Coordenadoria de Soluções Corporativas

2.Pauta.

Aprovação do estudo de viabilidade para a implantação do PJE, previsto no Plano Diretor da Estratégia.

3. Descrição da reunião.

A Diretora-Geral iniciou a reunião explicando que em razão da premente avaliação do estudo de viabilidade do PJE foi convocada a presente reunião, restringindo-se a pauta ao tema, destacando a ausência de alguns titulares de secretarias por motivo férias, os quais estão representados por seus substitutos.

Informou que, em razão dos trabalhos eleitorais, o término do estudo houve atraso na conclusão do estudo de viabilidade, previsto para julho do corrente.

Alertou que a implantação do sistema PJE acarretará um grande impacto no Tribunal, envolvendo várias unidades. Além da SJD e da STI, a SSG precisará disponibilizar espaço para usuários e a SGP deverá providenciar os treinamentos necessários.

Destacou que existe um processo, em trâmite na Assessoria Jurídica da DG, que trata sobre a regulamentação do sobreaviso do pessoal da informática e que o sistema do PJE demanda plantão de 24 horas de apoio técnico. Ressaltou que posteriormente será necessário estabelecer se o sobreaviso será realizado por servidores ou por empresa especializada.

Pontuou que a implantação do PJe está sendo priorizada pelo TSE, que publicou, na sexta-feira, a Portaria nº 1143, estabelecendo que, a partir do dia 20 de dezembro, todos os processos deverão ser encaminhados àquela Corte Superior por meio do PJe. Para tanto, será necessária a aquisição de certificados digitais para diversos servidores. O Secretário de Tecnologia da Informação substituto mencionou que o TRE/RJ é partícipe de uma ata do CNJ para aquisição de certificados, mas que provavelmente não haverá tempo hábil para a compra. A

ORIGINAL ASSINADO

Diretora-Geral solicitou que fosse questionado ao TSE se a certificação dos servidores da SJD será providenciada pela Corte Superior. O Coordenador de Registros Processuais, Partidários e Processamento explicou que, atualmente, para a remessa de qualquer processo ao TSE é necessária a assinatura eletrônica, mas que a versão 2.0, que será recebida no próximo ano, poderá vir a permitir que servidores cadastrados trabalhem no sistema sem certificados digitais, usando somente *login* e senha para autenticação.

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão destacou que existe uma diferença de aproximadamente 700 mil reais entre o levantamento feito pelo grupo responsável pela análise de viabilidade e a proposta orçamentária de 2017.

A Diretora-Geral manifestou sua preocupação em relação à digitalização dos processos. A Coordenadora de Soluções Corporativas ressaltou que a digitalização precisa ser muito cuidadosa para garantir que o sistema OCR (Optical Character Recognition – tecnologia para reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem) funcione adequadamente, permitindo futuras pesquisas aos arquivos dos processos no PJe.

A Chefe de Gabinete da Presidência pontuou que a digitalização e a indexação dos arquivos digitalizados serão manuais. O servidor Diego sugeriu que os processos sejam digitalizados em um único arquivo PDF para depois quebrá-lo nas peças a serem indexadas.

O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais ressaltou que existe um contrato de reprografia em vigor com dois funcionários e sete máquinas espalhadas pelo prédio que permitem a digitalização de documentos, sem a funcionalidade de conversão para OCR.

A Coordenadora de Soluções Corporativas destacou a importância de capacitação de mais dois ou três servidores em JBoss AS, uma vez que o TRE-RJ dispõe de somente um servidor capacitado. Além disso, é preciso verificar se o TSE irá contratar uma empresa para dar suporte ao equipamento servidor JBoss ou se cada Regional deverá fazer sua contratação.

A Diretora-Geral lembrou que a implantação final do PJE neste Regional está marcada para agosto de 2017, o que ensejará a priorização de algumas aquisições.

A Assessora de Comunicação Social destacou que existe a previsão de divulgação do PJE em fevereiro, mas caso o sistema somente venha a ser

ORIGINAL ASSINADO

implantado em agosto não haverá necessidade desta divulgação antecipada. Acrescentou que a divulgação do PJE também está prevista no plano de comunicação interna.

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão citou a experiência de outros órgãos na implantação do PJE e o impacto sobre as pessoas, em razão da considerável mudança dos processos de trabalho, impactando, inclusive, sobre a saúde dos servidores. Nesse sentido, posicionou-se pela inclusão de servidor da SGP na equipe do projeto que tratará da implantação do PJe.

A Coordenadora de Soluções Corporativas acredita que não há necessidade de uma pessoa da SGP, durante todo o tempo, na equipe do projeto. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão ponderou que o membro da equipe da SGP auxiliará nas questões que impactam sobre a unidade, já que haverá um tempo muito curto para a realização de treinamentos para a TI e servidores de outras unidades. Ademais, provavelmente haverá a necessidade de migração de servidores, mudanças de estrutura organizacional, além da celebração de acordos de cooperação técnica com a OAB e outras entidades. Lembrou, ainda, que esses treinamentos irão comprometer grande parte da dotação orçamentária de capacitação para o ano de 2017. A Diretora-Geral sugeriu que fosse verificado se outros Tribunais possuem EAD de PJE.

O Coordenador de Registros Processuais, Partidários e Processamento sugeriu, com base na composição feita por outros Tribunais, que a equipe de gerenciamento do projeto fosse composta por dois servidores da área de TI, dois da SJD e um da ASPLAN. A Diretora-Geral argumentou que devemos ter como base os Tribunais com estrutura parecida com a nossa e acrescentou que não há necessidade da ASPLAN participar da equipe.

Restou definido que participarão da equipe do projeto: SJD (Renato de Carvalho Martins e Ana Luíza Claro da Silva), STI (Sonia Maria Moreira Goldzweig e Alberto Carmo de Araújo), SGP (Márcia Siste de Moraes), VPCRE (Laura Nunes Bernardes Peixoto), ASJUPRE (Erica Pacheco Marins), ficando a gerência do projeto com a Secretária Judiciária.

Registrou que o patrocinador do projeto deve ser aquele que vai tomar conta dos recursos necessários a sua execução. Explicou que o TAP é a certidão de nascimento do projeto e será facilmente preenchido, uma vez que já existe o estudo de viabilidade. Posteriormente, a equipe deverá preencher o PGP – Plano Geral do Projeto, que contém o cronograma das ações necessárias para a

ORIGINAL ASSINADO

implantação do sistema. A equipe encaminhará um relatório mensal para a ASPLAN com as ações tomadas.

A Diretora-Geral solicitou ao gerente designado que providencie a documentação do projeto com a máxima brevidade.

O estudo de viabilidade do PJE foi aprovado pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, a Diretora-Geral avisou que a próxima reunião do Comitê de Gestão da Estratégia será no dia 7 de dezembro, tendo com pauta as demais ações que integram o Plano Diretor da Estratégia 2016/2017, dando por encerrada a reunião.

4.Pendências

Aquelas que já constam do item 3.

De acordo

_____	_____
Adriana Freitas Brandão Correia	Simone Ferreira de Oliveira e Cruz
_____	_____
Cláudia Foffano de Souza	Flávio Augusto Castanheira Celano
_____	_____
Fernando José da Fonseca	Alan Amand Torres
_____	_____
José Álvaro Manhães Wagner	Fabiano Freitas Barbosa
_____	_____
Paula Bass Lessa	Luciana Souza Batista
_____	
Soraya Previtali Morisson	

Convidados:

_____	_____
Diego Ferreira Guedes	Renato de Carvalho Martins
_____	
Sonia Maria Moreira Goldzweig	

ORIGINAL ASSINADO